

A tradição estruturalista em economia

Fabrcio J. Missio¹
Frederico G. Jayme Jr.²
José Luis Oreiro³

Resumo: O objetivo do artigo  resgatar a tradiao estruturalista em economia enfatizando o papel que as estruturas desempenham no crescimento dos países em desenvolvimento. Evidentemente, o pensamento estruturalista  demasiadamente amplo para ser tratado em um único trabalho. Nesse sentido, ressaltamos aqui aspectos macroeconmicos dessa abordagem. Para tanto, inicialmente retomam-se alguns aspectos gerais do estruturalismo econmico (evoluao e origens) associados ao pensamento cepalino. Nesse caso, enfatiza-se  dinâmica centro-periferia e o subdesenvolvimento como um processo histórico autnomo. Em seguida,  apresentado o estruturalismo macroeconômico derivado dos trabalhos de Taylor (1983, 1991). Posteriormente,  apresentado o neoestruturalismo. Centrado no conceito de competitividade sistmica, essa abordagem define uma estratégia capaz de alcançar a “*high road*” da globalizaao ao entender esse processo como inevitável, mas seu engajamento condicionado às políticas adotadas. As conclusões evidenciam às genuínas contribuioes dessa tradiao  teoria econmica.

Palavras chave: Estruturas, restrioes e desenvolvimento econmico.

Abstract: The aim of this article is to analyze the structuralist tradition in economics emphasizing the role that *structures* in the economic development and growth of developing countries. Evidently, the issue is perhaps too big to cover in a single article. So, we emphasize here macroeconomic aspects of this approach. Therefore, firstly is analyzed some more general aspects of economic structuralism (evolution and origins) associated with ECLAC thinking. In this case, emphasis is placed on the dynamics of centre-periphery relations and underdevelopment as an autonomous historical process. Secondly, we present the macroeconomic structuralism derivative work of Taylor (1983, 1991). Subsequently, we present the neostructuralism. Centered on the concept of systemic competitiveness, this approach defines a strategy to achieve the “high road” of globalization to understand this process as inevitable, but his commitment to conditioning policy. The findings highlight the genuine contributions to the economic theory of this tradition.

Key words: Structures, constraints and economic development.

JEL:

Setembro de 2012

¹ Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: fabriciomissio@gmail.com

² Professor do Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: gonzaga@cedeplar.ufmg.br. Este autor gostaria de agradecer o financiamento do Cnpq e da FAPEMIG.

³ Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília e Diretor da Associaao Keynesiana Brasileira. E-mail: joreiro@unb.br

1 Introdução

O presente artigo, ao recuperar os principais *insights* da teoria econômica estruturalista, tem como principal objetivo demonstrar que dentro dessa abordagem o processo de desenvolvimento econômico depende de uma série de estruturas distintas que, para os países em desenvolvimento, impõem restrições ao crescimento. Ou ainda, o processo de desenvolvimento é decorrente de mudanças na estrutura produtiva da economia, sendo este favorecido quando estas mudanças ocorrem em direção aos setores “modernos” (industrializados).

O conceito de estrutura econômica refere-se à composição das atividades produtivas, associadas ao padrão de especialização no comércio internacional, às capacidades tecnológicas da economia, incluindo o nível educacional da força de trabalho, à estrutura de propriedade dos fatores de produção, à natureza e ao desenvolvimento base das instituições e ao grau de desenvolvimento e restrições sobre as quais certos mercados operam (a falta de certos segmentos do mercado financeiro ou a presença de um grande desemprego da força de trabalho, por exemplo), entre outras (Ocampo, Rada e Taylor, 2009).

Nesse contexto, inicialmente são recuperados alguns aspectos gerais do estruturalismo econômico bem como sua evolução e origens associado ao pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Retoma-se o pensamento cepalino a partir da sistematização de suas formulações iniciais, em especial, da concepção centro-periferia e da condição de subdesenvolvimento enquanto processo histórico autônomo. Em seguida, é apresentado o estruturalismo macroeconômico derivado dos trabalhos de Taylor (1983, 1991), em que se destaca a construção de uma abordagem formal que leva em consideração as características das economias em desenvolvimento, muitas das quais originalmente desenvolvidas pelo estruturalismo latino-americano. Posteriormente, é apresentado o neoestruturalismo, considerado a “nova Cepal”. Essa “nova” fase do pensamento cepalino admite que América Latina deve buscar uma maior interface com o mercado externo e uma nova forma de atuação estatal. Centrado no conceito de competitividade sistêmica, o neoestruturalismo propõe uma nova abordagem que permite configurar a globalização como um contexto de oportunidades para as economias semi-industrializadas que alcançam algum grau de competitividade internacional.

De uma maneira geral, a originalidade deste trabalho está em sistematizar essa referida tradição, com ênfase no entendimento de como determinadas características (estruturas) são importantes para o desenvolvimento dos países periféricos bem como na forma como a mesma foi sendo desenvolvida e, posteriormente, incorporada no que se identifica como macroeconomia estruturalista. Em outras palavras, o trabalho mostra a evolução dessa abordagem e a forma com que a mesma foi se transformando para explicar os processos de crescimento dos países em desenvolvimento em um cenário marcado pela relação centro-periferia. Evidentemente, o pensamento estruturalista é demasiadamente mais complexo do que o retomado nesse trabalho, dado a diversidade de temas e de desdobramentos a ele associado. Sendo assim, o foco será, em geral, em aspectos macroeconômicos dessa abordagem.

Ressalta-se ainda que o trabalho busca seguir uma ordem cronológica, ou seja, apresenta os desenvolvimentos da macroeconomia estruturalista ao longo das décadas de 1970-80 como um desdobramento da abordagem estruturalista latino americana. É possível que alguns autores discordem com essa interpretação, embora existam elementos que permitem estabelecer tal paralelo⁴. Ademais, observa-se que inicialmente a teoria cepalina, centrada nos problemas estruturais das economias em desenvolvimento, tem claramente uma preocupação de longo prazo. Isso implica que os aspectos macroeconômicos são mais difíceis de serem especificamente estudados e identificados nesse primeiro momento, ainda que estes elementos se tornem mais claro nas etapas seguintes.

Para cumprir com o objetivo, o trabalho encontra-se estruturado em três seções além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 define-se a tradição estruturalista, suas origens e fundamentos; a seção 3 apresenta a macroeconomia estruturalista e a seção seguinte o neoestruturalismo.

2 A tradição Econômica Estruturalista

O termo ‘estruturalismo’ tem sido empregado com múltiplos significados em diferentes contextos científicos e culturais. De uma maneira geral, Blankenburg, Palma e Tregenna (2008) definem o estruturalismo como uma abordagem essencialmente

⁴ O objetivo não é defender a tese de que a macroeconomia estruturalista é um desdobramento natural da teoria cepalina. O objetivo é mostrar que existem conexões entre essas abordagens e que algumas das principais características que definem a tradição estruturalista podem ser encontradas em ambas as abordagens com maior ou menor intensidade.

teórica que desafia os métodos do empirismo e do positivismo, com muitos dos seus *insights* presentes em várias disciplinas das ciências sociais e humanas. O princípio orientador dessa abordagem está na concepção de um sistema integrado de elementos distintos, mas mutuamente constituídos (organicidade do sistema econômico). Ou seja, entende-se que as relações que constituem as estruturas são mais importantes que os elementos individuais.

Em outras palavras, o estruturalismo se distancia do *individualismo metodológico*. Segundo este, a análise da ação humana pode ser realizada a partir da perspectiva dos agentes individuais. Para tanto, afirma que todos os fenômenos sociais são mais bem explicados pelas propriedades dos indivíduos compreendidos no fenômeno. Ou, de outra maneira, que toda explicação que envolve conceitos sociológicos de nível macro deveria, em princípio, ser reduzida a explicações no plano micro dos indivíduos e suas propriedades. Por outro lado, o estruturalismo alinha-se, em grande parte, com o *holismo metodológico* – para o qual, há na totalidade considerada enquanto tal algo mais do que nas partes ou em sua soma (o todo é mais do que a soma das partes), e de que a totalidade é historicamente, logicamente, cognitivamente e normativamente mais importante (hierarquicamente superior) do que os indivíduos que contém. Ademais, deve-se considerar que em suas versões mais elaboradas, o estruturalismo admite o comportamento do indivíduo como produto das relações sociais. Ou seja, a análise estrutural enfatiza as relações internas (interdependência), incorporando, assim, propriedades *sistêmicas* que não podem ser reduzidas às de suas partes constitutivas: são propriedades do todo, que as partes não possuem e que emergem das “relações de organização” entre elas. Segundo Jackson (2003, p. 727-728):

Structural theory can sometimes turn into holism and give the whole precedence over the parts, yet the original aim of structural ideas – as against holistic ones – was to ensure that the whole could always be transformed, or else the whole-part relationship would be redundant. A structural method, if handled properly, should never congeal into structural wholes that overshadow their component parts.

Ademais, o estruturalismo possui três dimensões, ainda que elas nem sempre estejam conjuntamente presentes (Blankenburg, Palma e Tregenna, 2008):

- a) Metodologicamente, defende a análise na totalidade e nas inter-relações entre os elementos de um sistema em contraposição à análise baseada em elementos isolados individualmente. Nesse caso, ela se distingue também da análise

historicista, pois oferece explicações não-narrativas (com ênfase na análise da dinâmica subjacente ao invés de explicações descritivas).

- b) Epistemologicamente⁵, o estruturalismo vai além da *aparência*, ou seja, busca compreender as estruturas subjacentes. Nesse sentido, é antifenomenológico e antiempírico. Em economia, essa abordagem defende a existência de um conjunto de estruturas não observáveis, mas que ainda assim geram fenômenos sociais e econômicos observáveis. Estes fenômenos somente serão compreendidos se as análises incidirem sobre essas estruturas (inobserváveis) subjacentes.
- c) Em termos ontológicos⁶, o estruturalismo favorece as explicações sobre a forma como as estruturas causam, condicionam ou assimetricamente constituem aspectos como a ação, por exemplo. Essa abordagem é particularmente importante para a teoria política estruturalista e para o marxismo estruturalista. Nesse caso, a prática social é vista como um processo de transformação sem sujeito: as pessoas, ao transformarem o ambiente natural e social pelo trabalho, determinam a estrutura econômica, não como sujeito pela sua ação, mas pela prática e pela organização socialmente internalizada. Assim, procura-se explicar os fenômenos sociais com base na estrutura subjacente ao modo de produção e a organização social ou pela prática que os determina.

Street e James (1982) admitem que o estruturalismo econômico representa uma abordagem holística que engloba duas concepções básicas: uma relativa ao sistema econômico e a outra, à natureza humana. A primeira identifica o sistema econômico como um processo evolutivo não equilibrante ao invés de um mecanismo de equilíbrio das relações econômicas estáveis centradas sobre as atividades do mercado⁷, enquanto a segunda concebe o comportamento humano como caracterizado por padrões habituais resultantes do condicionamento cultural. É, portanto, distinto do ponto de vista

⁵ A epistemologia, também chamada teoria do conhecimento, é o ramo da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e validade do conhecimento. É o estudo científico da ciência (conhecimento), sua natureza e suas limitações.

⁶ É a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, que considera o ser em si mesmo, independentemente do modo pelo qual se manifesta.

⁷ Ao contrário da economia neoclássica, com sua preocupação em caracterizar estados de equilíbrio, essa concepção se propõe pensar os processos de mudança qualitativa na estrutura econômica, sem abrir mão de tratá-los como processos ordenados e sistêmicos. “Essas mudanças não constituem nem um processo circular nem movimentos pendulares em torno de um centro” (Schumpeter, 1982, p. 44).

econômico convencional (ortodoxo) que concebe o comportamento humano como essencialmente dedicado à motivação utilitarista e ao cálculo monetário em um sistema estático de mercado. Por outro lado, Di Filippo (2009) entende que o estruturalismo envolve quatro características: uma leitura sistêmica da sociedade, uma visão global, uma perspectiva histórico-estrutural e a multidimensionalidade de enfoques.

Na perspectiva estruturalista, a teoria econômica ortodoxa necessita, para se credenciar como ciência positiva das leis de mercado, se abstrair das especificidades das estruturas produtivas, de instituições e demais fatores de natureza sociológica que integram a realidade concreta dos sistemas econômicos nacionais. Nas palavras de Taylor (1983, p. 3), “*non economic, or even non maximized, forces affecting actions are ruled out of discussion*”. A abstração dessas características significa, no âmbito de alguns problemas macroeconômicos, não só a propensão à confusão entre causas fundamentais e fatores sancionadores desses problemas, como também sua principal fraqueza como guia de política econômica.

Evidencia-se, assim, a postura crítica da abordagem estruturalista em relação ao pensamento econômico ortodoxo. Essa postura defende uma forma alternativa de investigação econômica, como, por exemplo, na compreensão estruturalista latino-americana do desenvolvimento e subdesenvolvimento na condição de processos mutuamente constitutivos dentro de um mundo economicamente integrado. Ou seja, enfatiza-se a compreensão da economia mundial como um sistema unificado com as dinâmicas econômicas das suas partes constituintes, centro e periferia, a serem definidas em termos de suas relações. Essa análise é distinta daquelas empreendidas pela economia ortodoxa que considera unidades relativamente independentes.

2.1 Origens do Estruturalismo

Em termos econômicos, o estruturalismo é geralmente associado à Cepal, cujos trabalhos deram origem no final da década de 1950 a esta escola de pensamento. Segundo Arndt (1985), esse termo apareceu originalmente como referência à explicação para o processo inflacionário latino-americano. No entanto, é consensual que o pensamento estruturalista em sua forma inicial foi largamente criado pelo economista Raúl Prebisch. Em seu manifesto de 1949, o autor introduziu a noção de uma estrutura internacional dividida entre um centro hegemônico industrial e uma periferia dependente agrária que determinam a existência de um processo de desenvolvimento desigual originário. Segundo Bielschowsky (1998), essa abordagem tem quarto

componentes analíticos: i) a abordagem histórica, baseada na oposição binária centro-periferia; ii) uma análise da inserção internacional da América Latina; iii) o estudo dos determinantes domésticos do crescimento e do progresso tecnológico; e iv) uma avaliação dos argumentos favoráveis ou contrários à intervenção estatal.

A partir dos trabalhos de Prebisch e Furtado, torna-se nítida a ênfase nas “estruturas”, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. Segundo Sunkel (1970, p. 526), “dada a estrutura do sistema, fica definida sua forma de funcionamento, que origina os resultados que o sistema produz”. Assim, conceitualmente, os estruturalistas passam a ser (re)conhecidos por seus diagnósticos quanto às “deficiências estruturais”, aos “gargalos” ou aos “desajustes internos” como responsáveis pelas defasagens no desenvolvimento da América Latina. Esses “desajustes” têm duas fontes fundamentais: i) os de origem externa, como as condições adversas do comércio e da limitada capacidade para importar; e ii) os de origem interna, como o crescimento acelerado da população, a urbanização prematura e a expansão dos setores dos serviços, bem como o atraso na produção agrícola, a reduzida dimensão dos mercados internos e a presença de sistemas tributários ineficientes (Street, 1967, p. 55).

A identificação desses fatores conjuntamente com a concepção centro-periferia (e as demais teses associadas a ela) permitiu o desenvolvimento de teorias formais em estreita conexão com recomendações de política econômica, o que levou Seers (1962, p. 192-93) a afirmar que;

The Latin American school of 'structuralists' is (...) It must be the first indigenous school of economics in an underdeveloped area. Since economic growth is becoming increasingly fashionable as a subject, and since the weakness in commodity markets, the population boom, and rising economic ambitions appear chronic, the school could acquire in the 1960's an international interest comparable to that of Keynesian economics during the slump-ridden decade of the 1930's.

Nesse ponto, é necessário destacar dois aspectos essenciais. Em primeiro, deve-se observar que muitos autores em economia, erroneamente, não fazem referência à tradição estruturalista em outros campos preexistentes do conhecimento, como em Levi-Strauss (antropologia), Godelier (sociologia), Piaget (psicologia), Foucault (filosofia), entre outros. Em segundo lugar, é possível identificar grande parte das origens do estruturalismo econômico, especialmente o que surgiu nos anos 1940 e 1950, como produto ou extensão dos trabalhos precedentes nesse e em outros campos (Gibson, 2003), sendo o estruturalismo latino-americano “um” da “família” de estruturalistas

(Love, 2005, p. 101)⁸. Ademais, alguns dos elementos centrais do pensamento cepalino podem ser encontrados em trabalhos precedentes, como na escola "estruturalista"⁹ francesa (Blankenburg, Palma e Tregenna, 2008) ou na escola de economia histórica - alemã (Love, 2005), na escola marxista (Sunkel, 1989; Lustig, 1988) ou nas tradições keynesianas, pós-keynesianas e neoclássicas (Furtado, 1983; Love, 1996; Lustig, 1988).

Uma dessas conexões é sugerida explicitamente por Jamenson (1986). O autor observa vários elementos do estruturalismo clássico identificados pelos filósofos da ciência, Keat e Urry. Esses autores isolam sete elementos do estruturalismo, dos quais cinco são aqui relevantes (Jamenson, 1986; p. 226):

- a) Para os estruturalistas, cada sistema deve ser estudado como um conjunto organizado de elementos intercorrelacionados e não separados em elementos individuais para serem estudados atomisticamente. Esta é exatamente a implicação centro-periferia de Prebisch;
- b) Estruturalistas procuram identificar as estruturas subjacentes à realidade diretamente observável e ao conhecimento social.
- c) Estruturalistas defendem que os eventos e objetos do mundo são social, ao invés de naturalmente, construídos. Esse argumento se conecta ao pensamento de Prebisch quando ele admite um sistema internacional com benefícios assimétricos. O mesmo é verdade para a visão estruturalista da inflação como sendo não simplesmente resultado do crescimento da oferta de moeda, mas da inelasticidade e do conflito interno sobre a distribuição de renda.
- d) Os estruturalistas mantêm que o sistema pode ser analisado por meio de posições binárias. Essas são comuns na análise estruturalista latino-americana, como, por exemplo, centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, transnacional-nacional e agricultura-indústria.

⁸ Isso não significa dizer que a tradição econômica estruturalista surge, necessariamente, como parte de um movimento estruturalista mais amplo, até porque a própria existência deste "movimento" é passível de questionamentos. Apenas se ressalta que o estruturalismo está presente em outras áreas do conhecimento e que existem importantes conexões dessas com a referida tradição.

⁹ Para Furtado (1974, p. 80-81), "Lo que se entiende por pensamiento "estructuralista" en economía no tiene relacion directa con la escuela estructuralista francesa, cuya orientacion general ha sido dar importancia al eje de las sincronías en el análisis social y establecer una "sintaxis" de las disparidades en las organizaciones sociales. El estructuralismo económico (escuela de pensamiento que surge en la primera mitad de la sexta década entre economistas latinoamericanos) tiene como objeto principal tomar en cuenta la importancia de los "parámetros no-económicos" de los modelos macroeconómicos. Como el *comportamiento de las variables económicas depende en gran medida de tales parámetros*[. ..] esos parámetros han de ser objeto de meticoloso estudio. Esta observación es particularmente pertinente con respecto a sistemas económicos heterogéneos, social y tecnológicamente, como sucede con las economías subdesarrolladas".

e) Mudanças estruturais e fenômenos econômicos podem ter diferentes significados em diferentes períodos, de forma que qualquer análise é historicamente contingente.

O segundo aspecto refere-se ao delineamento desse pensamento. Ou seja, não há um consenso na literatura econômica quanto ao conceito do que consiste a abordagem estruturalista e nem quais são os principais autores. Segundo Chenery (1975), muitas vezes essa abordagem é identificada por um conjunto inicial de hipóteses estruturais formuladas nos anos 1950 por autores como Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurke, W. Arthur Lewis, Raul Prebisch, Hans Singer e Gunnar Myrdal, tendo como visão geral uma posição antimercado e como argumentos principais a presença de desequilíbrios e a inflexibilidade da resposta dos preços aos incentivos. Esta visão é compartilhada por Arndt (1985) e definida por Love (1996) como um estruturalismo mais geral, identificado por “uma doutrina do fracasso de mercado”, que pode ser entendida como uma tentativa de se distinguir da tradição neoclássica e do neo-marxismo. Segundo Chenery (1975, p. 313);

The structuralist concept of development as characterized by rigidities that limit economic adjustments requires an analytical framework in which external policy is more closely linked to domestic resource allocation than does the neoclassical view, which minimizes these restrictions.

Por outro lado, grande parte desses autores supracitados são identificados como “desenvolvimentistas” (Bielschowsky, 2009) ou “pioneiros do desenvolvimento” (Sanchez-Ancochea, 2007). Como se demonstra a seguir, muitos *insights* teóricos são comuns para ambos os autores, ainda que existam diferenças fundamentais. Ou seja, o estruturalismo latino-americano constitui uma abordagem genuína, embora tenha recebido um importante estímulo intelectual advindo de pensadores não necessariamente “estruturalistas”. Segundo Seers (1962, p. 193/194):

Visitors to ECLA in recent years who have had some influence in the same direction though one would not necessarily call them 'structuralists', have included Thomas Balogh, Hollis Chenery, Nicholas Kaldor, Julio Olivera, Nancy Ruggles, Richard Ruggles, and Jan Tinbergen. I am very well aware that these lists of names could easily be twice or three times as long (...).

Adotando a classificação proposta por Sanchez-Ancochea (2007), são identificadas duas abordagens estruturalistas que, apesar de conexões, são fundamentalmente distintas: a abordagem anglo-saxônica e a abordagem latino-americana, derivada da

Cepal¹⁰. O estruturalismo anglo-saxão é identificado nas teorias que baseiam-se seguintes conceitos chave: complementaridade e armadilha da pobreza (Rosenstein-Rodan, 1943; Nurkse, 1953), encadeamentos (Hirschman, 1958) e dualismo (Lewis, 1954). O interesse dessa abordagem concentra-se em explicações realísticas das causas do subdesenvolvimento. Para tanto, focando os determinantes da expansão de longo prazo, busca iluminar o caráter complexo e dinâmico da mudança estrutural, mostrando que o desenvolvimento envolve transformações nas estruturas de demanda e produção capaz de impulsionar o país (ou região) para trajetórias de produtividade mais elevadas.

A teoria latino-americana divide muitos conceitos teóricos com a abordagem anterior, incluindo a percepção de uma tendência à concentração dos recursos, a insistência na necessidade de mudança estrutural na periferia e a rejeição da teoria das vantagens comparativas. Não obstante, as duas abordagens são substancialmente diferentes. Em termos conclusivos, as principais divergências passam pela percepção por parte do estruturalismo latino-americano de que os países *não seguem uma trajetória universal de desenvolvimento*, que as relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não são sempre mutuamente benéficas e que as particularidades históricas dos diferentes períodos são importantes. Ademais, critica-se a abordagem anglo-saxônica pelas seguintes razões: i) incapacidade de se mover por causa da sua concepção inicial de dualidade e entender as limitações da urbanização e da modernização; ii) crença na industrialização excessivamente guiada pela intervenção estatal, sem considerar o limitado aparato administrativo dos países em desenvolvimento e a possibilidade de que os atores sociais tenham outros objetivos que não o de melhorar o bem-estar do país; iii) falta de atenção ao conflito de classes e à possibilidade de que o crescimento possa ser restringido por este conflito; iv) foco em estudos de países isolados com relegada atenção à estrutura global da economia; e v) crença na relação mutuamente benéfica entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (Sanchez-Anochea, 2007).

Em termos metodológicos, a abordagem da Cepal também é mais ampla e profunda. Nessa abordagem, emprega-se o método histórico-estrutural para identificar as relações básicas entre países na economia mundial e, assim, para explicar as características observáveis dos países periféricos. A sua superioridade não está somente

¹⁰ Adota-se essa classificação com objetivo didático, tendo em vista a possibilidade de sua melhor caracterização. Não obstante, a linha de demarcação entre elas, se possível de identificação, é reconhecidamente tênue, uma vez que, por exemplo, o próprio Celso Furtado não a referencia quando sintetiza (brevemente) a evolução desse pensamento (1980, capítulo 3, p. 29-40).

na habilidade de descrever a economia mundial como um sistema integrado, mas também em incluir na análise do subdesenvolvimento características institucionais de mercado.

A seguir, são apresentados os principais fundamentos desse pensamento. O objetivo é sistematizar um marco teórico referencial capaz de mostrar com maior grau de especificidade o “*core*” desse pensamento, o que permitirá posteriormente compreender como algumas dessas questões são incorporadas pela macroeconomia estruturalista e/ou pela abordagem neoestruturalista. Sendo assim, recupera-se a dinâmica centro-periferia, enfatizando restrições de ordem “externa” (tendência à perpetuação pelo comércio internacional de um processo de desenvolvimento desigual), bem como algumas restrições de ordem “interna”, associadas ao conflito distributivo, ao progresso tecnológico e à realização da produção, que condicionam o processo de desenvolvimento dos países periféricos.

2.2 Fundamentos do Estruturalismo Latino-Americano

As ideias centrais ou os “fundamentos” desse pensamento estão relacionados ao esquema base “centro-periferia”, entendido como historicamente constituído pela forma com que o progresso técnico se propaga na economia mundial. Mais especificamente, entende-se que o sistema de relações internacionais é constituído entre um centro hegemônico industrial e uma periferia dependente agrária, que, em contraposição à teoria do comércio internacional, baseada nas vantagens comparativas (Heckscher-Ohlin-Samuelson), admite, implícita ou explicitamente, a existência de um processo de desenvolvimento desigual originário.

A questão central é o entendimento de que o progresso técnico se propaga de forma desigual. Admite-se que nos países centrais esse progresso ou os métodos indiretos de produção que ele gera se difundem em um lapso relativamente breve para a totalidade do aparelho produtivo. Isso porque nesses países a escassez de mão de obra e a presença de organizações sindicais permitem que ao longo da evolução econômica ocorra o aumento dos salários reais, o que incentiva a contínua emergência de inovações tecnológicas destinadas a substituir trabalho por capital. Desse modo, a elevação dos salários impulsiona a inovação e o aumento da densidade de capital inicialmente em certos ramos, propagando-se, posteriormente, para os demais ramos e setores da atividade econômica. Logo, quando a densidade de capital aumenta – e, com ela, a produtividade do trabalho e os salários – incrementa-se também a sua produtividade,

possibilitando que a remuneração conserve níveis compatíveis com a continuidade da acumulação. Ademais, a mobilidade dos recursos produtivos tende a igualar a remuneração nos diversos ramos de atividade (Rodriguez, 2009).

Em contraposição, na periferia a evolução econômica parte de um relativo atraso inicial e, ao transcorrer um período chamado de “desenvolvimento para fora”, as novas técnicas só são implantadas nos setores exportadores de produtos primários e em algumas atividades econômicas diretamente relacionadas com a exportação, as quais passam a coexistir com setores atrasados. Nessa fase, a estrutura produtiva da periferia adquire dois traços fundamentais. Por um lado, destaca-se o seu caráter especializado e unilateralmente desenvolvido, já que parte substancial dos recursos produtivos é destinada a sucessivas ampliações do setor exportador de produtos primários, enquanto a demanda de bens e serviços, que aumenta e se diversifica, se satisfaz em grande parte por meio de importações. Esta especialização primário-exportadora tem implicações diretas sobre o novo padrão de desenvolvimento que emerge quando a indústria espontaneamente passa a ser a principal fonte de dinamismo econômico, pois a condiciona a proceder do simples para o complexo (Rodriguez, 2009). Por outro, esta estrutura é heterogênea ou parcialmente atrasada no sentido de que coexistem setores em que a produtividade alcança níveis elevados – em especial, no setor exportador – e atividades em que a produtividade é significativamente inferior. Em síntese, a estrutura produtiva da periferia é especializada e heterogênea, enquanto a dos centros é diversificada (composta por um amplo espectro de atividades econômicas) e homogênea (na medida em que a produtividade do trabalho alcança níveis relativamente similares em todas as atividades).

Essas características acabam por determinar nas economias periféricas o desenvolvimento de estruturas pouco diversificadas e pouco integradas que coexistem com um setor primário-exportador dinâmico que, por sua vez, é incapaz de difundir o progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais.

Ademais, o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade são significativamente maiores nas economias industriais (centro), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda. Essa diferenciação é ampliada pela tendência à deterioração dos termos de troca, ou seja, tendência de que os preços de exportação dos produtos primários apresentem uma evolução desfavorável frente à dos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados, implicando transferência

dos ganhos de produtividade do setor primário-exportador periférico para os países centrais (industrializados). Isso significa a existência de assimetrias no processo de desenvolvimento do capitalismo que perpetua e amplia a condição periférica das economias em desenvolvimento mediante processo de troca desigual no mercado internacional.

Tendo em vista estas características, o estruturalismo latino-americano defende a necessidade da industrialização das economias periféricas: do desenvolvimento “para fora”, baseado na expansão das exportações, passando para o desenvolvimento “para dentro”, baseado na ampliação da produção industrial. Essa mudança é fundamental porque, ainda que a industrialização seja o caminho natural a ser seguido pelas economias periféricas, considera-se que ela - por ocorrer em condições de especialização e heterogeneidade - pode ser incapaz de suprir a falta de complementaridade entre os setores produtivos e de superar a condição primário-exportadora. É necessário, portanto, o planejamento do desenvolvimento com a presença do Estado na sua condução deliberada.

2.1.1 A concepção centro-periferia

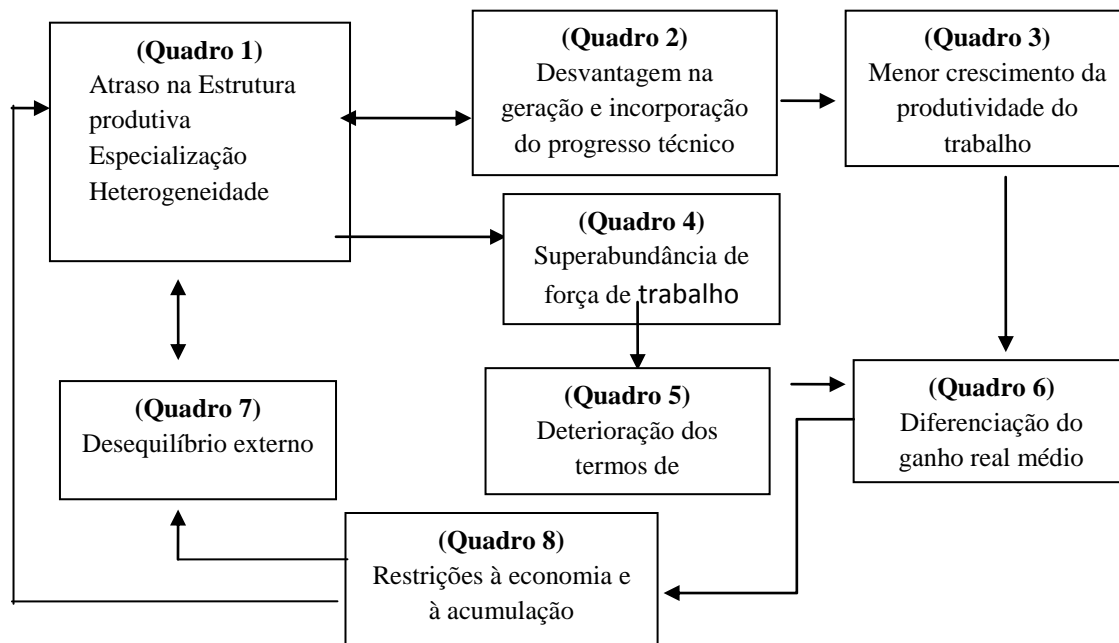
A Figura (1) apresenta uma visão detalhada das proposições básicas que compõem o núcleo da concepção centro-periferia. Ainda que seja possível reordenar alguns dos seus elementos e incluir outros, acredita-se que o marco conceitual e as relações estabelecidas coincidam com seus contornos básicos. Evidencia-se, neste caso, a necessidade nas economias em desenvolvimento da intervenção estatal para superar a condição periférica.

Como observado, a industrialização inicia-se a partir de uma estrutura especializada e heterogênea (Quadro 1), o que faz com que ela comece por setores produtores de bens de consumo tecnologicamente simples e, do mesmo modo, avance lentamente para a elaboração de bens tecnologicamente mais complexos: bens de consumo duráveis, intermediários e certos bens de capital. Ademais, a industrialização traz transformações significativas no emprego. Essa característica determina que o desenvolvimento do sistema centro-periferia ocorra de forma desigual em um segundo sentido, envolvendo a diferenciação do ganho real médio entre trabalhadores desse sistema.

Especificamente, deve-se observar que a dinâmica da geração e a incorporação do progresso técnico geram um padrão de industrialização que reitera o caráter

especializado da economia porque a estrutura produtiva somente atinge graus de complementaridade intersetorial e de integração vertical incipientes em comparação aos centros, somado ao fato de que nas atividades heterogêneas de baixa produtividade a reduzida capacidade de acumulação limita a incorporação desse progresso (Quadro 2). Portanto, evidencia-se que a periferia padece de uma desvantagem quanto à geração e à incorporação do progresso técnico que, somado à existência de capacidade ociosa em diferentes indústrias cujas escalas mínimas resultam excessivas diante da dimensão dos mercados periféricos, explicam a menor produtividade do trabalho¹¹ (Quadro 3).

Figura 1: O Sistema Centro-Periferia



Fonte: Rodriguez (2009, p. 85).

Em segundo lugar, é característica do início do processo de industrialização a ocorrência de um deslocamento da mão de obra rural para a zona urbana (seja pela atração ou pela própria expulsão da força de trabalho das atividades agrícolas atrasadas), transformando o subemprego rural em urbano (Pinto, 1970). Esse excesso da oferta de trabalho (Quadro 4) - reflexo direto da heterogeneidade que se mantém mesmo com as transformações - compromete a possibilidade de absorção do conjunto da mão de obra em níveis de produtividade normais (elevados) e impossibilita que os estímulos do processo de industrialização se traduzam na elevação dos salários reais. Logo, o excesso de mão de obra mantém os salários baixos e impede que a periferia retenha os frutos do seu próprio progresso técnico, dado que os aumentos de produtividade do

¹¹ Admite-se também que a diferenciação da produtividade esteja relacionada aos efeitos da heterogeneidade sobre os níveis médios de produtividade.

setor exportador são transferidos para os países centrais em consequência da deterioração dos termos de troca (Quadro 5) (Kay, 1989)¹².

Esses argumentos são a base para a diferenciação de renda *per capita* entre países centrais e periféricos (Quadro 6). A questão é que a diferença em prol dos países centrais afeta negativamente os níveis acessíveis de acumulação do polo periférico. Somado ao obstáculo externo (persistente desequilíbrios no balanço de pagamentos), esses fatores geram restrições à capacidade da economia e ao dinamismo da acumulação¹³ (Quadro 8). O desequilíbrio externo ocorre porque a especialização implica a não expansão das exportações de origem industrial, enquanto o ritmo de aumento daquelas de origem primária se vê limitado por margens que, se excedidas, dão lugar à deterioração dos seus preços relativos e comprometem seu valor (inelasticidade das exportações).

Por outro lado, a industrialização faz crescer a demanda por bens exportáveis, limitando a sua oferta (são matérias-primas usadas na indústria nacional), enquanto a demanda internacional por bens primários tende a diminuir em virtude da substituição das matérias-primas naturais pelas sintéticas. A transformação industrial também implica aumentos consideráveis da demanda por importações, tanto aquelas necessárias para se dispor de bens situados “mais atrás” na cadeia produtiva que não podem ser produzidos internamente, como aquelas advindas do consumo de bens industrializados (ou seja, alta elasticidade renda da demanda por importações de bens intermediários e de capital, relativamente caros e sofisticados, e baixa elasticidade preço, dada a complementaridade dos produtos importados). As importações tendem, portanto, a superar as exportações (Quadro 7).

Observa-se, ainda, que o baixo dinamismo da acumulação de capital atua no sentido de manter as condições de especialização e heterogeneidade, bem como a tendência (persistência) ao subemprego estrutural, tendo em vista os baixos níveis médios de produtividade e renda prevacentes, os quais, somados aos investimentos de alta densidade, indivisibilidades de escala e rigidez quanto à proporção com que se

¹² Dada a organização da classe trabalhadora e do poder de oligopólio das empresas nos países centrais, admite-se que o aumento da produtividade não é repassado para os preços. Isso significa que os preços dos produtos de origem industrial tendem a ser manter elevados enquanto os de origem primária tendem a diminuir, o que corrobora a tese de deterioração dos termos de troca e de transferência dos frutos do progresso técnico (produtividade) dos países periféricos para os países centrais. Ademais, isso facilitaria a reprodução intergeracional da pobreza e da desigualdade.

¹³ Tem-se um círculo vicioso em que a baixa produtividade é causa e consequência da baixa taxa de acumulação.

combinam os fatores (traços fundamentais das técnicas geradas nos centros), fazem com que a acumulação seja insuficiente para absorver o aumento vegetativo da mão de obra e para ir resolvendo ao mesmo tempo o subemprego instalado em setores de baixa produtividade. Reitera-se, assim, o subdesenvolvimento periférico.

Em síntese, essas restrições impedem alterações significativas nas estruturas básicas das economias periféricas, perpetuando seu atraso em relação aos países centrais. Segundo Rodriguez:

“ultrapassar a cerca do atraso requer um esforço de tal índole e intensidade que a especialização e a heterogeneidade estruturais sejam reduzidas paulatina, mas sustentavelmente, com o passar do tempo. No entanto, o ritmo de acumulação do capital que este reforço requer não encontra respaldo adequado na capacidade de poupança, comprometida em parte pelo modo de relação entre periferia e centro, e pela perda de ganho potencial que ele origina, através da deterioração dos termos de troca. Por outro lado, o desequilíbrio externo também impede de se alcançar aquele ritmo por causa da restrição que impõe ao crescimento do produto e, portanto, à própria acumulação (...)” (2009, p. 91).

2.3 Subdesenvolvimento, Concentração de Renda e Industrialização Dependente

Segundo Furtado (1968), o subdesenvolvimento é resultante de um processo histórico associado à expansão da economia capitalista industrial europeia. Essa expansão em direção a regiões em que predominavam sistemas econômicos de natureza pré-capitalista resultou (quase sempre) na criação de estruturas dualistas, em que uma pequena parte dessas economias passou a se organizar à base da maximização do lucro, enquanto o restante permaneceu dentro de formas pré-capitalistas de produção. Em outras palavras, ainda que o efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas tenha variado de região para região, o deslocamento da fronteira econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias dualistas em que o núcleo capitalista passava a coexistir com a estrutura arcaica. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento. Logo, subdesenvolvimento é “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (1968, pág. 154). Ou ainda, desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces do mesmo processo mundial de acumulação capitalista, o qual de maneira permanente reproduz ambos os polos do sistema (caráter dinâmico).

Essa ênfase histórica do processo de desenvolvimento econômico pode ser entendida, mais especificamente, a partir do reconhecimento da característica básica de

que em uma economia industrial o empresário procura reinvestir seus lucros aperfeiçoando os métodos de produção. Ademais, o empresário não pode se negar a inverter os seus lucros, pois ao contrário das economias comerciais que podiam se estabilizar secularmente, a economia industrial de livre-empresa deverá se desenvolver ou cairá em grave depressão. Isso implica que, em uma economia de livre-empresa, na qual prevalece necessariamente certo tipo de distribuição de renda, se forma permanentemente uma grande massa de renda que não se destina ao consumo e que não pode ser subtraída ao circuito econômico; ou seja, essa massa de renda deve ser reinvestida, requerendo para tanto que o aparelho produtivo esteja capacitado para produzir os bens exigidos pelo investimento. Nesse sentido, fica claro que a estrutura do sistema produtivo vai refletir a forma como a renda é utilizada, sendo determinada pela maneira como se encontra distribuída. Logo, “o processo de desenvolvimento tem seu verso e reverso na estrutura de produção e na forma de distribuição da renda” (Furtado, 1968, pág. 137).

A diferença fundamental é que, na periferia, o contato com essa economia industrial de livre-empresa é marcado por uma série de características estruturais (concentração de renda, polarização entre modernização-marginalização e heterogeneidade social) que acabam por influenciar os principais fatores (evolução do progresso tecnológico e a própria distribuição de renda) determinantes da condição (e da sua persistência) de subdesenvolvimento. Ou seja, algumas características são, ao mesmo tempo, causa e consequência dessa condição.

Para ilustrar este ponto, retomamos a discussão de Furtado (1980) sobre as diferenças no conflito distributivo presentes nas fases iniciais da industrialização. Nos países centrais, o processo de industrialização é caracterizado por uma maior distribuição de renda, tendo em vista a influência do movimento trabalhista. A influência desse movimento foi capaz de incluir os trabalhadores na distribuição dos frutos do progresso tecnológico, o que permitiu a orientação desse progresso em direção à diversificação de produtos, ao crescimento da demanda de mercado e ao aproveitamento de economias de escala, enquanto também provocou transformações simultâneas nas estruturas sociais e econômicas. Entre essas transformações, destaca-se a alta dos salários, que, ao acompanhar o crescimento da produtividade, causa o crescimento da renda média da comunidade, o que, por sua vez, torna-se fundamental no incremento e nas mudanças de composição da demanda requeridas para a continuidade do processo de crescimento econômico.

Em contraposição, na periferia, por uma série de mecanismos, a concentração de renda orienta e dá forma aos limites e ao *timing* do progresso tecnológico presentes nas fases iniciais do processo de industrialização. Nesses países, a industrialização se realiza, inicialmente, induzida pelo crescimento e diversificação da procura global, isto é, como subproduto de um desenvolvimento provocado pelo crescimento das exportações primárias (Furtado, 1968, p. 183-184). O crescimento das exportações gera a formação de uma elite social econômica, que perfaz uma pequena parcela da população total, com padrões de consumo similares aos dos países desenvolvidos. Consequentemente, o mercado interno para esses bens é criado gerando oportunidades para a industrialização. No entanto, essas oportunidades são limitadas, dadas as reiteradas carências presentes na expansão da demanda dos diferentes tipos de bens, a qual se encontra relacionada ao perfil de concentração de renda, à superabundância de mão de obra e às consequentes limitações das altas salariais.

Então, nos primeiros estágios da industrialização, o processo de substituição de importações internaliza a produção desses bens que refletem o padrão de consumo dos países desenvolvidos. Ou seja, o núcleo industrial ligado ao mercado interno se desenvolve através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas. Acontece que este movimento acaba por determinar um processo de inadequação da tecnologia, uma vez que, para o produtor industrial local, a maior preocupação é apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de produção que o habilitem a competir com o exportador estrangeiro. Assim sendo, as inovações tecnológicas que se afiguram mais vantajosas são aquelas que permitem aproximar-se da estrutura de custos e de preços dos países exportadores de manufaturas e não as que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica pela absorção do setor de subsistência. O resultado prático é que a “estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão” (1968, p. 161).

Segundo Furtado (1980, p. 90), “a característica básica da economia periférica consiste, portanto, numa dissemetria entre o sistema produtivo e a sociedade. Essa dissemetria se manifesta sob a forma de heterogeneidade social e de rupturas e desníveis nos padrões de consumo”.

3 A Macroeconomia Estruturalista

Na literatura econômica especializada, as ideias estruturalistas têm também sido fonte de inspiração da pesquisa com modelos macroeconômicos. Na verdade, o que tem sido chamado de macroeconomia estruturalista é uma variedade de modelos macroeconômicos, em que a classe mais simples desses modelos é constituída pelas versões de “dois setores”, enquanto a outra classe, mais complexa, é constituída pelos modelos multissetoriais. A respeito de uma série de desenvolvimentos realizados por outros autores, é consensual que a macroeconomia estruturalista foi formalizada e desenvolvida primordialmente por Lance Taylor¹⁴. Nessa abordagem, destaca-se a importância das instituições e da distribuição funcional da renda entre os setores produtivos e grupos sociais¹⁵.

Segundo Jamenson (1986), o principal elemento metodológico dessa abordagem é a aplicação de ferramentas matemáticas aos assuntos econômicos do “terceiro mundo”, como indicado por Taylor (1979, p. 2): *“Economists long ago learned that mathematical formulations of their problems help clear away logical and metaphysical cobwebs. There is no reason not to apply these tools to models for poor as well as rich countries”*. Nesse trabalho, o autor desenvolve uma série de modelos formais a partir de características (ou “fatos estilizados”) que representam importantes aspectos do subdesenvolvimento. Delineia-se, assim, a característica fundamental dessa abordagem, qual seja, o uso de instrumental matemático para caracterizar “fatos estilizados” característicos do subdesenvolvimento.

O desenvolvimento dessa linguagem torna-se importante no e para o estruturalismo pois permite conectá-lo a outras abordagens econômicas, bem como porque amplia o grau de especificidade de suas teorias, permitindo sua expressão em linguagem formal consonante com a forma com que os argumentos são apresentados, sobretudo, no pensamento econômico anglo-americano. Ademais, ela melhora ou diferencia o entendimento das estruturas e mecanismos do sistema internacional. Em relação a esse último ponto, Dutt (1994) observa que o uso do instrumental matemático permite definir condições particulares sobre as quais determinados resultados são alcançados. Por exemplo, em contraposição à análise verbal de que na relação entre países “centrais” e “periféricos” o desenvolvimento desigual é o único produto, com o

¹⁴ Especialmente, em Taylor (1983, 1991).

¹⁵ Evidencia-se, também, a contraposição à economia *mainstream*, que ao centrar sua abordagem na maximização, frequentemente blinda seus adeptos de fatos históricos e institucionais.

desenvolvimento de modelos matemáticos de comércio “Norte-Sul”, demonstra-se que enquanto esse resultado é possível, ele não é inevitável.

O desenvolvimento dessa análise formal tem evoluído não apenas no instrumental matemático utilizado como na caracterização das especificidades presentes no subdesenvolvimento¹⁶. Em um dos seus trabalhos pioneiros, Taylor (1979) define os seguintes “fatos estilizados” como característicos dessa condição:

- a) Diferenças setoriais: estas diferenças podem ser incorporadas na distinção entre setores *tradables* e domésticos, sendo que ambos dependem (altamente) de produtos intermediários importados, ou ainda, entre o setor industrial e agrícola, tanto em razão da tecnologia como dos diferentes padrões de demanda. Nesse caso, os setores agrícolas frequentemente não dependem de capital e geram grande quantidade de emprego, enquanto a demanda por seus produtos pode ser preço-inelástica ou renda-inelástica. O setor industrial pode ter preços formados por *mark up*, estabelecidos por firmas oligopolistas que seguem regras completamente diferentes;
- b) Conflito distributivo: mudanças na renda real dos diferentes grupos econômicos assumem importância fundamental. Em particular, frequentemente o equilíbrio entre investimento e poupança ocorre através da “poupança forçada” induzida pela inflação;
- c) Para muitos países em desenvolvimento, a moeda é o único ativo financeiro doméstico que se deseja manter em substancial quantidade. Não existe mercado de títulos. Isso dificulta a distinção entre a política fiscal e monetária. Ademais, a disponibilidade de crédito entra como restrição nas decisões econômicas;
- d) A ausência e a (má) qualidade dos dados estatísticos fazem com que a economia seja mais bem representada por identidades contábeis, fatos estilizados e pela intuição.

Posteriormente, em Taylor (1983), algumas dessas questões são aprofundadas e novos fatos estilizados, incorporados. Segundo o autor, os modelos estruturalistas incorporam técnicas e relações comportamentais que enfatizam como a distribuição de renda e os níveis de produto variam para satisfazer as equações de equilíbrio

¹⁶ Dutt e Jamenson (1992) observam que os estruturalistas atuais começam com "fatos estilizados" encaixados em um coerente sistema de identidades nacionais de contabilidade geral e/ou em modelos estruturalistas de equilíbrio computável que utilizam matrizes de contabilidade social, o que proporciona uma perspectiva ampla do sistema.

macroeconômico de curto prazo. O desenvolvimento de longo prazo depende da reação dos “ganhadores” e “perdedores” decorrentes destes ajustamentos iniciais (conflito distributivo). Nesse contexto, o autor desenvolve um modelo básico em que a demanda determina o produto (em linha com Keynes e Kalecki) para analisar a relação entre crescimento e distribuição de renda¹⁷. A análise se estende para a economia com dois setores com um mercado agrícola *flex-price* e um setor industrial *fix-price* (em que o produto é determinado pela demanda), bem como para assuntos que envolvem a análise da inflação de preços e salários, os efeitos “*estaginflacionários*” do aumento da taxa de juros e as políticas de estabilização. Essas análises são elaboradas com poucas formulações, das quais se destacam, entre outras (Taylor, 1983, p. 2/3):

- a) O nível de preços é frequentemente assumido como sendo determinado por um *mark up* fixo sobre o custo primário dos produtores, que inclui trabalho, importações e custos financeiros de capital de giro;
- b) A propensão a poupar difere entre as classes sociais – maior para os lucros do que para os que recebem salários;
- c) Mesmo no curto prazo, os modelos são frequentemente construídos em termos de variáveis normalizadas pela divisão do valor do estoque de capital. Este truque enfatiza o crescimento e a taxa de lucro em oposição ao nível de investimento e ao pagamento de fatores e é facilmente traduzido para a análise do crescimento;
- d) Em vários casos, o equilíbrio macroeconômico global é decomposto setorialmente – as análises de estabilidade são construídas em torno de mecanismos através do qual o excesso de demanda em cada setor se ajusta para zero no curto prazo. Como mencionado, um setor pode ter um ajustamento por meio de variações de preços enquanto outro através da variação do nível de produto;
- e) Na formulação com dois setores, destacam-se as diferenças no padrão de consumo, em particular, o fato de que algumas indústrias se deparam com demandas inelásticas com relação à renda e aos preços;
- f) A demanda por investimentos é determinada pelas firmas e exerce papel fundamental no curto e no longo prazo. A taxa de crescimento do estoque de

¹⁷ O modelo econômico de um setor com preços definidos por *mark up* e com excesso de utilização da capacidade é, segundo Dutt e Ros (2003), uma das primeiras contribuições que explicitamente introduzem a questão da demanda efetiva em países menos desenvolvidos.

capital é assumida como dependendo positivamente da taxa de lucro ou do grau de utilização da capacidade. No modelo de dois setores, a função demanda por investimento pode diferir entre indústrias, com correspondente influência sobre a estrutura econômica de longo prazo;

- g) O longo prazo é investigado através da criação de transições entre estados estacionários em que todas as variáveis crescem a taxas constantes.

Por fim, em Taylor (1991), o autor reitera suas análises sobre os problemas do subdesenvolvimento. No capítulo inicial, discute a metodologia estruturalista, argumentando que a economia é, ou deveria ser, uma ciência histórica, em que os eventos se desdobram no tempo cronológico e não lógico e, portanto, são irreversivelmente afetados por mudanças e contingências que ocorrem somente uma vez. Isso significa que a análise econômica não pode se apoiar na forma idealizada de experimentos reproduzíveis para delimitar o seu conteúdo, isto porque “*irreducible history is built into all its data points*” (Taylor, 1991, p. 1). Observa-se, nesse caso, forte influência da perspectiva histórica presente no pensamento estruturalista latino-americano.

Esta perspectiva tem fortes implicações para a teoria econômica, uma vez que, para o autor, uma macroeconomia realista tem de ser baseada em “fatos estilizados”, ou “*empirical generalizations drawn hierarchically at the macro, sectoral, and micro levels about the economy at hand*” (Taylor, 1991, p. 05). Observa-se, ainda, que nem todas as hipóteses baseadas historicamente são fáceis de expressar na linguagem matemática. Sugere-se, então, que a teoria deve tomar a forma de parábolas ou histórias designadas a explicar o passado: algumas formalizadas, outras não. Nesse caso, buscase integrar formalmente elementos da teoria estruturalista do desenvolvimento com alguns argumentos de autores *mainstream* a partir da interpretação de que esses elementos se conectam aos fatos através das seguintes estruturas:

- a) Existência de atores com “poder” econômico: instituições como o Estado e/ou corporações, grupos de interesses como os proprietários, rentistas ou mesmo a tradicional classe de camponeses e a classe trabalhadora desorganizada - não são tomadoras de preços. Eles podem influenciar na variação de preços e na quantidade ofertada em certos mercados. Os centros de “poder” diferem de economia para economia e mudam com as instituições locais e com a história;
- b) A causalidade macroeconômica é influenciada por detalhes microeconômicos. No entanto, geralmente flui do investimento, exportações e

demanda para a renda, importações e produto. Mudanças na distribuição da renda e da riqueza desempenham papel essencial no ajustamento macro de processos históricos, como na acumulação de capital e no progresso técnico. Não há razão para acreditar que o equilíbrio macroeconômico vá envolver o pleno emprego do trabalho ou capacidade instalada;

- c) A oferta de moeda é frequentemente endógena ou “passiva”, ajustando-se ao nível de atividade e à taxa de inflação. Entretanto, a visão geral não nega a possibilidade de o Banco Central reduzir o crescimento da oferta de moeda (programa de austeridade);
- d) A inflação pode declinar com o aperto monetário. No entanto, os estruturalistas defendem que em muitos setores a produção diminui em resposta à redução da demanda. Admite-se ainda que as origens da inflação estão no conflito distributivo não resolvido e nos mecanismos de propagação existentes, como a indexação dos contratos;
- e) As formas de intermediação financeira exercem forte influência sobre o sistema macroeconômico. Em economias em desenvolvimento, a fragilidade financeira pode levar rapidamente ao colapso desse sistema;
- f) Dado o processo de industrialização adotado, importações intermediárias e bens de capital são requeridos para suportar a produção local e a formação de capital, respectivamente. Nesse caso, a necessidade de importações pode ser uma restrição ativa;
- g) Desenvolvimento não é um processo balanceado ou harmonioso. O progresso técnico vincula-se a novos investimentos por parte de atividades independentes das firmas. A formação privada de capital é provavelmente “*crowded in*” pelo investimento público através das complementariedades, bem como “*crowded out*” pelo crescimento da taxa de juros por parte dos bancos. Para alguns setores, as técnicas de produção com economias de escala ou custos decrescentes tornam-se rentáveis em pequenas economias quando a distribuição de renda altera a demanda em sua direção; alternativamente, vários setores podem ter que se expandir simultaneamente.

Fundamentalmente, a análise desses trabalhos mostra que a prática estruturalista macroeconômica possui algumas características fundamentais: i) primeiramente, as análises iniciam destacando a importância econômica do conjunto de pessoas e instituições e especificando como eles se encaixam aos dados disponíveis sobre a

distribuição da renda e da riqueza. Nesse caso, cada conjunto de atores econômicos é relacionado a uma categoria funcional de distribuição da renda ou do setor da produção, em que se considera que eles têm diferentes comportamentos e controles parciais sobre o sistema; ii) os modelos não são construídos em termos reais, sendo geralmente construídos incluindo explicitamente preços e fluxos de renda em termos nominais ou monetários; iii) os preços estão sob uma variedade de graus de controle por diferentes grupos na economia; iv) os modelos com mais de um setor incorporam a resposta dos consumidores a mudança de preços relativos (incorporando assim alguns aspectos da teoria tradicional no que tange ao grau de racionalidade econômica e de substituição mediada pelos preços); e v) o comportamento dos modelos depende crucialmente da descrição das suas conexões causais com o sistema macroeconômico, sendo seu “fechamento” escolhido e justificado com base na análise empírica e institucional da economia em questão.

Além dessas características, pode-se observar que os modelos estruturalistas são construídos a fim de que se possa pensar, em termos formais, diretamente sobre os problemas dos países em desenvolvimento. No entanto, cumpre ressaltar que o princípio organizador dessa abordagem – entendido como as maneiras com as quais as explicações são estruturadas em uma abordagem específica - é, provavelmente, o mais difícil de se identificar, dada a sua relativa “novidade” (Dutt, 1994).

4 Retomada da Tradição Estruturalista: o neoestruturalismo

A influência do pensamento estruturalista diminui ao longo da década de 1970 enquanto ganham força a estratégia de promoção das exportações e a substituição de importações presentes no “milagre asiático” e a emergência de um novo consenso em relação à necessidade de promover processos de estabilização e liberalização guiados pelos princípios do "Consenso de Washington". Em contraposição a esse declínio, emerge o neoliberalismo que rapidamente alcança e domina os círculos acadêmicos e políticos. Essa rápida ascensão da abordagem neoliberal pode ser explicada em grande parte pela sua coerência dedutiva, pela sua unidade metodológica e, obviamente, pelo papel hegemônico exercido pelos Estados Unidos nos círculos acadêmicos.

Em meio à ascensão neoliberal e ao declínio da influência do pensamento latino-americano, o estruturalismo econômico sobrevive (quase que exclusivamente) com o desenvolvimento da macroeconomia estruturalista apresentada anteriormente. No

entanto, a negligência por parte do neoliberalismo dos fatores sociais e políticos na implementação de suas políticas e a frustração em termos dos resultados alcançados também levam a uma série de questionamentos que fomentam o surgimento de novas abordagens. Por parte da Cepal, esses questionamentos levam à convergência intelectual em torno da síntese neoestruturalista.

As primeiras ideias neoestruturalistas são incorporadas pela Cepal nos programas estruturalistas de "ajuste expansionista" (planos heterodoxos ao longo da década de 1980), que se opunham aos programas ortodoxos neoconservadores e tinham como objetivo ajustar e estabilizar a economia de forma a minimizar os efeitos redistributivos (regressivos) e recessivos. O que caracteriza essa fase inicial são as análises predominantemente de curto prazo sem um consenso quanto à estratégia de desenvolvimento a ser seguida no longo prazo. Segundo Lustig (1988, p. 48) *“en contraste claro con el estructuralismo, se podría decir que el neoestructuralismo peca -talvez- del defecto opuesto: hay mucho énfasis en el análisis de corto plazo y relativamente poco en el de largo plazo”*.

Não obstante, este período é importante porque envolve um processo de autorreflexão, aprendizagem e reformulação que leva à convergência intelectual no final da década de 1980 em torno da síntese neoestruturalista, em que muitas das contribuições do estruturalismo antecessor foram retomadas e enriquecidas por novos integrantes (F. Fajnzylber, French-Davis, N. Lustig, J. Ros, L. Taylor, A. Dutt, entre outros). O marco inaugural dessa síntese se associa ao lançamento do documento “Transformação produtiva com equidade” (CEPAL, 1990). Nesse documento, defende-se que a América Latina deveria buscar uma maior interface com o mercado externo e uma nova forma de atuação estatal que fomentasse um estilo de competição baseado em ganhos de produtividade. O diagnóstico da Cepal sugeria que as economias latino-americanas permaneciam com uma série de “gargalos” associados principalmente ao desequilíbrio macroeconômico, à obsolescência da planta de capital e ao atraso tecnológico.

A partir desse entendimento, o pensamento neoestruturalista propõe a adoção de um novo modelo econômico baseado na “competitividade sistêmica” impulsionada pela concorrência intercapitalista e mediada gerencialmente pelo Estado, em um contexto de estabilidade macroeconômica, abertura comercial e desregulamentação financeira. Esse novo modelo compartilha vários elementos com o pensamento estruturalista antecessor, principalmente quando admite que a condição de subdesenvolvimento da região latino-

americana não se explica por distorções exógenas induzidas pela política econômica, mas sim por fatores históricos e estruturais endógenos¹⁸ (distribuição desigual da renda e da riqueza, concentração da propriedade, inserção desfavorável do comércio mundial, elevada concentração dos mercados e atraso tecnológico) e por fatores sociopolíticos (frágil organização sindical, desigualdade na distribuição geográfica e setorial da população e baixo nível educacional) (Missio e Jayme Jr, 2011).

No entanto, suas prescrições de política divergem fundamentalmente do estruturalismo antecessor, em grande parte, porque o neoestruturalismo foi concebido em um contexto econômico global e intelectual muito diferente do que prevalecia nas décadas de 1950 e 1960¹⁹. Segundo Ffrench-Davis (1988, p.38), *“el neoestructuralismo se alimenta de la tradición estructuralista, pero va más allá, porque su desarrollo analítico está acentuadamente orientado al diseño y ejecución de estrategias y políticas económicas”*.

Essas estratégias e políticas econômicas também incorporam algumas eventuais “virtudes” de políticas *pró-mercado*. Segundo Ramos e Sunkel (1993), *“hay que reconocer que este predominio neoliberal ha servido tanto para cuestionar convicciones profundamente arraigadas como para recordar la importancia del mercado, del sistema de precios, de la iniciativa privada, de la disciplina fiscal y de la orientación hacia afuera del aparato productivo”* (p. 16). Torna-se necessário, portanto, combinar estes enfoques *“en una síntesis neoestructuralista renovada que busca responder a las características y exigencias de la época actual, superando las negativas experiencias de las recién pasadas décadas”* (p. 31), ou *“son tiempos de ‘compromiso’ entre la admisión de la conveniencia de que se amplíen las funciones del mercado y la defensa de la práctica de intervención gubernamental más selectiva”* (Bielschowsky, 1998; p. 56).

¹⁸ Segundo Rosales (1988), a prova tangível pode ser encontrada em três características presentes nas economias latino-americanas no final dos anos 1980: a) especialização internacional em produtos com pouca dinâmica potencial; b) prevalência de um padrão descoordenado, vulnerável e altamente heterogêneo que tende a concentrar o progresso técnico e é incapaz de absorver produtivamente o crescimento da força de trabalho; c) persistência de um padrão de distribuição de renda exclusivo e concentrado, que evidencia a inabilidade do sistema de reduzir a pobreza.

¹⁹ Segundo Gaytán (1995), o neoestruturalismo representa uma importante mudança na concepção estruturalista acerca do papel do progresso tecnológico. Mais especificamente, o autor argumenta que desde a sua criação até meados da década de 1970, o pensamento cepalino pode ser caracterizado pela “passividade tecnológica” em que se analisavam as diferentes formas de apropriação dos frutos desse progresso. Posteriormente, com o neoestruturalismo, esse pensamento pode ser caracterizado pelo “ativismo tecnológico”, em que o enfoque agora recai sobre os seus determinantes.

Assim, observa-se que o neoestruturalismo incorpora elementos do neoliberalismo e do estruturalismo antecessor em uma tentativa de adaptar a nova realidade às novas circunstâncias históricas (Gwynne e Kay, 2000, p. 153). Essa adaptação envolve retomar a tradição estruturalista incorporando uma preocupação sistemática com o desenho e certos aspectos das políticas econômicas, aproveitando-se para tanto também dos conhecimentos, ferramentas e modelos do paradigma neoliberal (Anexo 4). Segundo Ffrench-Davis (1988, p.39)

Aspectos de mucha importancia son los equilibrios macroeconómicos, la coordinación del corto plazo con el largo plazo, la concertación entre los sectores públicos y privados, la construcción de estructuras productivas y de gestión que entrañen una igualdad, y la consideración de estrategias y políticas que posibiliten una mayor autonomía nacional. Esto es lo que puede denominarse “neoestruturalismo”. Su rasgo más destacado es el de ofrecer políticas selectivas en contraposición con las políticas teóricamente neutrales del neoliberalismo.

Como exercício analítico, utilizando-se aspectos do pensamento cepalino e da formalização macroestruturalista anteriormente apresentada, uma possível interpretação que sintetiza a evolução deste pensamento pode ser construída a partir da estrutura do modelo dual: na fase inicial (anos 50 e início dos anos 60), em que predominava a visão centro-periferia, o problema fundamental das economias em subdesenvolvimento era a presença da heterogeneidade estrutural, representada pelo dualismo existente entre o setor atrasado (agricultura) e o moderno (indústria). Nesse caso, recomendava-se a industrialização como forma de superação da condição de subdesenvolvimento que a dinâmica centro-periferia estabelecia. Posteriormente, alguns autores, especialmente Celso Furtado, tornaram-se “pessimistas” com relação à possibilidade de que a industrialização, por si só, fosse capaz de superar o atraso que essa condição determinava. Ou seja, mesmo com a industrialização, o subdesenvolvimento podia perpetuar-se.

A síntese neoestruturalista recupera grande parte desse pensamento, sendo possível compreendê-la deslocando o foco de análise para a composição setorial²⁰. Ou seja, considerando que as economias latino-americanas já alcançaram um grau considerável de industrialização, a questão chave é o entendimento de que a

²⁰ Isso não implica que o pensamento neoestruturalista tenha sido o único responsável por observar a relevância da composição setorial, até porque – isso já estava no ar – como pode ser observado no comentário de C. Furtado (1968, p. 181) sobre o estudo de Chenery: “São consideráveis as diferenças de elasticidade de crescimento dos diversos grupos que formam o setor industrial”. O que se evidencia é que coube ao neoestruturalismo enfatizar este ponto e propor alternativas para melhorar essa composição. Essa questão é fundamental e será retomada posteriormente.

heterogeneidade estrutural também se manifesta intrasetorialmente. Em termos do modelo anterior, isso implica que o dualismo se manifesta no setor industrial, por exemplo, pela presença de um segmento produtor de bens intensivos em tecnologia (alto valor agregado) em contraposição a um segmento de baixa tecnologia (menor valor agregado). Com efeito, a industrialização por si só não é capaz de cumprir o papel inicialmente a ela atribuído, uma vez que industrializar se torna condição necessária, mas não suficiente, para garantir o desenvolvimento. Ou seja, o tipo de industrialização é fundamental, com destaque para aquela que prioriza a produção de bens intensivos em tecnologia. Logo, a condição para superar os problemas do subdesenvolvimento passa pela necessidade de estabelecer um novo modelo baseado na competitividade e na melhor inserção externa, em especial, centrada na produção do primeiro segmento de produtos anteriormente mencionado.

5 Considerações Finais

A abordagem estruturalista esta presente em vários ramos do conhecimento, sendo a mesma em economia associada ao desenvolvimento do pensamento cepalino. Essa abordagem admite a existência de particularidades específicas nas economias em desenvolvimento, em especial, nas estruturas institucionais e produtivas, as quais constituem gargalos que restringem o seu desenvolvimento. Nesse caso, assumem papel relevante a assimilação, o desenvolvimento e a incorporação do progresso técnico como política primordial para a superação desse atraso.

Em termos de teoria econômica, é possível identificar nessa abordagem uma contribuição latino-americana genuína a partir de uma interpretação que se opõe ao livre funcionamento das forças de mercado. As contribuições resultam da fundamentação das análises na consideração de características particulares - que determinam e são determinadas pelas transformações históricas, econômicas e sociais (nacionais e internacionais) – e do desenvolvimento e da aplicação do método histórico-estrutural, que ao incorporar análises historicamente contingentes com dimensões não-reducionistas, não-mecanicistas e não-deterministas, determina uma concepção de mundo que considera mais do que fatores meramente econômicos. Ademais, cumpre destacar a contribuição original quanto à compreensão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na condição de processos mutuamente constituídos dentro de um

mundo economicamente integrado e o papel do Estado como agente indispensável neste processo.

Do ponto de vista da história do pensamento econômico, é necessário ressaltar a importância dessa abordagem dentro da teoria e da prática econômica. A sua importância pode ser observada, por exemplo, no grande sucesso que a teoria do subdesenvolvimento elaborada pela Cepal alcançou na América Latina. No Brasil, em particular, esse sucesso ocorreu não só entre os *policy makers* mas também entre empresários industriais e, ao longo do tempo, no meio acadêmico (Colistete, 2001). No entanto, essa influência diminuiu ao longo da década de 1970 em meio à ascensão neoliberal.

Não obstante, a negligência por parte do neoliberalismo dos fatores sociais e políticos na implementação de suas propostas e a frustração em termos dos resultados alcançados também levam a uma série de questionamentos recentes que fomentam o surgimento de novas abordagens. Por parte da Cepal, esses questionamentos levaram à convergência intelectual em torno da síntese neoestruturalista.

Em síntese, ao enfatizar a presença de diferenças setoriais, o conflito distributivo e o atraso tecnológico, entre outras características dos países em desenvolvimento, a tradição estruturalista permite entender o desenvolvimento como um processo não harmonioso, tanto no que se refere ao plano internacional quanto ao plano doméstico. Ou seja, como enfatizado por Prebisch, a existência de assimetrias no processo de desenvolvimento amplia a condição periférica mediante o processo de troca no mercado internacional, enquanto Furtado mostra como o subdesenvolvimento é resultante de um processo histórico caracterizado pelo conflito distributivo. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento gera uma série de desencadeamentos e conflitos internos entre diferentes setores produtivos e entre diferentes classes sociais, o que implica que a estrutura distributiva da renda pode ser um importante “bloqueio” a ser superado quando da adoção de políticas mais ativa em prol do crescimento.

Portanto, por ir além da interpretação convencional no entendimento dos processos de crescimento das economias subdesenvolvidas, essa abordagem constitui-se em uma das mais importantes teorias do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

ARNDT, H. W. The Origins of Structuralism. **World Development**, vol. 13, issue 2, pp. 151-159, 1975.

BIELSCHOWSKY, R. Cincuenta años del pensamiento de la CEPAL: una reseña. En Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL. Textos seleccionados, vol. 1, **Fondo de Cultura Económica**, CEPAL, Santiago, Chile, 1998.

_____. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo, in **Revista CEPAL**, n° 97, pp. 173-194, 2009.

BLANKENBURG, S.; PALMA, J. G.; TREGENNA, F. Structuralism. **The New Palgrave Dictionary of Economics**. Second Edition. Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008. The New Palgrave Dictionary of Economics Online, 2010.

CEPAL. (1951). Estudo Econômico da América Latina, 1949. In: Ricardo Bielschowsky (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**, Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, pp. 137-178, 2000.

_____. **Transformacion productiva com equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa**. Santiago de Chile: CEPAL, 1990, 185p.

CHENERY, H. The Structuralist Approach to Development Policy. **The American Economic Review**, v. LXV, n. 2, pp. 310-316, 1975.

COLISTETE, R. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 41, n. 15, pp. 21-34, 2001.

DI FILIPPO, A. Estructuralismo latinoamericano y teoría económica. **Revista Cepal**, n. 98, pp. 181-202, agosto, 2009.

DUTT, A. K. Analytical Political Economy: An Introduction. In **New Directions in Analytical Political Economy**, ed. A.K. Dutt, pp. 1–30. Aldershot,. UK: Edward Elgar, 1994.

DUTT, A.; JAMESON, K. **New Directions in Development Economics**, Hants (U.K.): Edward Elgar, 1992.

DUTT, A.; ROS, J. **Development Economics and Structuralist Macroeconomics: Essays in Honor of Lance Taylor**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2003.

FURTADO, C. **Development and Underdevelopment**, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1968.

_____. **Teoría y política del desarrollo económico**. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1980.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967)**. São Paulo, Abril Cultura, 1983.

FFRENCH-DAVIS, R. Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. **Revista de La CEPAL**, Santiago de Chile, n. 34, abr. 1988.

GAYTÁN, A. K. El Cambio Tecnológico en los Análisis Estructuralistas. **Revista de La CEPAL**, n. 55, pp. 183-190, 1995.

GIBSON, B. An essay on late structuralism. In A. Dutt and J. Ros (Eds.), **Development Economics and Structuralist Macroeconomics: Essays in Honor of Lance Taylor**, Chapter 2, pp. 52–76. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2003.

GWYNNE, R. N. e KAY, C. Views from the Periphery: Futures of Neoliberalism in Latin America. **Third World Quarterly**, v. 21, n. 1, pp. 141-156, 2000.

HIRSCHMAN, A. **The Strategy of Economic Development**. New Haven, Yale University Press, 1958.

JAMESON, K. Latin American Structuralism: A Methodological Perspective. **World Development**, v. 14, n. 2, pp. 223-232, 1986.

JACKSON, W. A. Social Structure in Economic Theory. **Journal of Economic Issues**, v. 37, n. 3, pp. 727-746, 2003.

KAY, C. Latin American Theories of Development and Underdevelopment. Londres: Routledge, 1989.

LEWIS, A. Economic development with unlimited supplies of labour. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 22, n. 2, Manchester, 1954.

LOVE, J. Las fuentes del estructuralismo latinoamericano. **Desarrollo Económico**, v. 36, n. 141, pp. 391-402, Apr. - Jun., 1996.

_____. The rise and decline of economic structuralism in Latin America: new dimensions. **Latin American Research Review**, v. 40, n. 3, 2005.

LUSTIG, N. Del Estructuralismo al Neoestructuralismo: la Búsqueda de un Paradigma Heterodoxo. **Cadernos Colección Estudios CIEPLAN**, México, n. 25, pp. 35-50, 1988.

NURKE, R. **Problems of capital formation in underdeveloped countries**. New York: Oxford University Press, 1953.

MISSIO, F. J.; JAYME JR., F. G. Estruturalismo e Neoestruturalismo: Velhas questões, novos desafios. **Análise Econômica (UFRGS)**, V. 30, P. 205-230, 2012.

OCAMPO, J. A.; RADA, C.; TAYLOR, L. **Economic Structure, Policy and Growth in Developing Countries**. Columbia University Press, New York, 2009.

RAMOS, J.; SUNKEL, O. Development From Within: Toward a Neostructuralist Synthesis. In: O. Sunkel. Boulder, Lynne Rienner (eds). **Toward a Neostructuralist Synthesis**. 1993.

RODRIGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

ROSALES, O. An Assessment of the Structuralist Paradigm for Latin American Development and The Prospects of its Renovation. **Cepal Review**, n. 34, pp. 19-36, 1988.

ROSENSTEIN-RODAN. Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. **Economic Journal**, June-September, 1943.

SANCHEZ-ANOCHEA. Anglo-Saxon Structuralism vs. Latin American Structuralism in Development Economics. In: **Ideas, Policies and Economic Development in the Americas** edited by E. Perez and M. Varengo, pp. 208-227. Routledge, New York: 2007.

SEERS, D. A theory of inflation and growth in underdeveloped countries based on the experience of Latin America. **Oxford Economic Papers**, 14, pp. 173-95, 1962.

SUNKEL, O.; Paz, P. **Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**, Mexico City, Siglo Veintiuno, 1970.

_____. Structuralism, Dependency and Institutionalism: An Exploration of Common Ground and Disparities. **Journal of Economic Issues**, v. 23, n. 2, pp. 519-533, 1989.

SCHUMPETER, J. [1911]. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 1982

STREET, J. H. The Latin American "Structuralists" and the Institutionalists: Convergence in Development Theory. **Journal of Economic Issues**, v. 1, n. 1/2, pp. 44-62, 1967.

STREET, J. H. e JAMES, D. D. Institutionalism, Structuralism, and Dependency in Latin America: **Journal of Economic Issues**, v. 16, n. 3, pp. 673-689, 1982.

TAYLOR, L. **Macro Models for Developing Countries**. New York: McGraw-Hill, 1979.

_____. **Structuralist Macroeconomics**, New York: Basic Books, 1983.

_____. **Growth, Income Distribution and Inflation: Lectures on Structuralist Macroeconomic Theory**, Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991.

